



Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2024

ISBN 978-85-240-4687-2
© IBGE, 2025

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, apresenta a 12ª edição do estudo Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo¹, com resultados para o setor institucional Governo Geral, composto pelo Governo Central, bem como pelos Estados e Municípios. Esta edição mantém a sistemática adotada a partir de 2019, quando os resultados publicados passaram a ter como referência o ano imediatamente anterior ao da divulgação. Neste volume, são disponibilizados os resultados de 2024.

As estatísticas ora divulgadas mantêm o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e do IBGE para fins de aprimoramento da Conta Intermediária do setor governo. Este estudo é realizado por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e da definição de parâmetros para produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando não só à compatibilização conceitual de tais fontes, como também à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e na manutenção das referidas bases de dados.

O objetivo principal deste estudo é o de fornecer uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas de acordo com o *Government finance statistics manual 2014*, GFSM 2014, publicado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI

(International Monetary Fund - IMF), e a Conta Intermediária de Governo, que segue as recomendações do manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, das Nações Unidas (United Nations), destacando as similaridades e as diferenças entre os dois sistemas estatísticos. Simultaneamente, o estudo propicia também uma visão intermediária das contas do setor institucional Governo Geral, que compõe o Sistema de Contas Nacionais - SCN divulgado anualmente pelo IBGE.

Este estudo mantém a estrutura analítica das edições anteriores, assim como os seus referenciais metodológicos e de fontes, cujas informações estão expressas no documento **Notas técnicas** que acompanha este informativo. Ao longo das edições, diversos aprimoramentos metodológicos foram sendo incorporados ao estudo. Desde a publicação referente ao exercício de 2019, as bases passaram a incluir dados da Matriz de Saldos Contábeis, da Secretaria do Tesouro Nacional, tanto para a esfera estadual como para a municipal, o que permite maior detalhamento das contas de receita e despesa dessas esferas de governo. De forma complementar, informações dos portais de transparência desses entes também foram utilizadas.

Os resultados apresentados nesta publicação, cabe destacar, não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como o Resultado do Tesouro Nacional, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e as estatísticas fiscais publicadas pelo Banco Central do Brasil, as quais observam aspectos metodológicos específicos².

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2018, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo. Outras informações encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/financas-publicas/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-containtermediaria-de-governo.html?edicao=32273&t=o-que-e>.

² Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Principais resultados

A necessidade de financiamento líquida do Governo Geral registrada nas Estatísticas de Finanças Públicas em 2024 foi de R\$ 741,3 bilhões, o que representa uma queda de 12,2% em relação ao saldo registrado em 2023. Esse resultado reflete o crescimento nominal de 12,7% da receita total frente ao aumento de 8,5% da despesa computada nos três níveis de governo.

Entre os componentes da receita, o crescimento de 16,3% da receita tributária foi o de maior impacto em 2024. Todas as categorias de impostos apresentaram elevação da arrecadação, com destaque para impostos sobre comércio e transações internacionais, cuja alta de 32,4% se deveu a uma combinação de aumento da alíquota média do Imposto de Importação, da taxa de câmbio e do valor em dólar das importações.

Impostos sobre bens e serviços registraram incremento de 19,0% em 2024, impulsionado pela elevação da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre os combustíveis (25,2%). Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital aumentaram 13,3%, impactados pela Lei n. 14.754, de 12.12.2023, que estipulou a tributação de fundos de investimento (levando a 19,4% de crescimento da arrecadação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF sobre rendimentos de capital) e a atualização de bens e direitos no exterior (14,5% de alta do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas - IRPF).

No caso dos impostos sobre a propriedade, que registraram aumento de arrecadação de 8,8% em 2024, os destaques ficam por conta do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação - ITCD e do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI, com variações positivas de 19,1% e 17,7%, respectivamente. Por fim, impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra ampliaram a arrecadação em 6,3%.

Em relação aos outros componentes da receita, contribuições sociais mostraram variação positiva de 8,2%, enquanto outras

receitas cresceram 4,4% em 2024, com destaque positivo para a receita de dividendos, com aumento de 38,7%. Por outro lado, outras transferências de capital revelaram variação negativa de 98,9% em razão da arrecadação atípica de R\$ 26 bilhões em

recursos abandonados do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e apropriados pelo Tesouro Nacional em 2023, conforme disposto na Emenda Constitucional n. 126, de 21.12.2022.

Demonstrativo de finanças públicas (milhões R\$)

Resultado de Operações - Governo Geral		Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)				
		Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
1	Receita	3 115 782	1 526 260	1 288 423	(-) 1 294 245	4 636 221
1.1	Impostos	1 815 210	943 658	254 546	0	3 013 414
1.2	Contribuições sociais	698 492	113 855	65 945	0	878 292
1.3	Transferências / Doações	531	349 166	866 015	(-) 1 215 623	89
1.4	Outras receitas	601 548	119 581	101 917	(-) 78 621	744 425
1.4.1.1	Juros	289 319	20 151	38 951	(-) 78 621	269 800
1.4.X	Demais	312 229	99 430	62 966	0	474 625
2M	Despesa (2+31)	3 786 079	1 581 727	1 303 960	(-) 1 294 245	5 377 521
2	Gasto	3 804 267	1 559 390	1 229 670	(-) 1 294 245	5 299 083
2.1	Remuneração de empregados	240 776	506 924	533 883	0	1 281 583
2.2	Uso de bens e serviços	82 274	215 190	395 378	0	692 841
2.3	Consumo de capital fixo	47 595	63 051	64 237	0	174 882
2.4	Juros	937 681	102 522	10 409	(-) 78 621	971 991
2.5	Subsídios	17 271	3 693	12 602	0	33 566
2.6	Transferências / Doações	923 696	289 362	6 171	(-) 1 215 623	3 606
2.7	Benefícios previdenciários e assistenciais	1 478 224	284 911	96 843	0	1 859 978
2.8	Outros gastos	76 751	93 737	110 147	0	280 635
3.1	Investimento líquido	(-) 18 188	22 337	74 289	0	78 438
3.1.1	Ativos fixos	(-) 12 489	21 960	72 752	0	82 223
3.1.2	Estoques	858	377	1 548	0	2 783
3.1.3	Objetos de valor	18	0	0	0	18
3.1.4	Ativos não produzidos	(-) 6 576	0	(-) 11	0	(-) 6 587
Capacidade (+)/ Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2M)		(-) 670 296	(-) 55 467	(-) 15 537	0	(-) 741 300
Capacidade (+)/ Necessidade(-) líquida de financiamento primária ((1-1411)-(2M-24))		(-) 21 934	26 904	(-) 44 079	0	(-) 39 109

Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

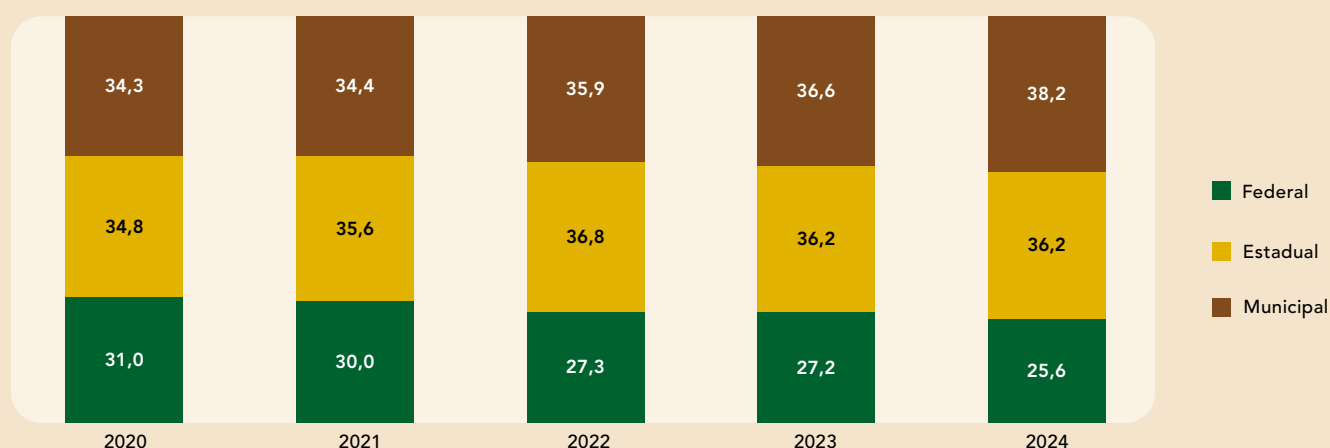
A análise pela ótica da despesa mostra que todos os seus principais itens registraram variação positiva em 2024. Benefícios previdenciários e assistenciais, item de maior peso, aumentaram 6,0%, com destaque para benefícios assistenciais por idade e invalidez, com 18,2%. Salários e vencimentos e uso de bens e serviços apresentaram altas de 9,5% e 13,7%, respectivamente. Cabe ressaltar que a elevação da despesa poderia ter sido ainda mais expressiva se não fosse o pagamento de, aproximadamente, R\$ 90 bilhões de precatórios em 2023.

O valor adicionado bruto, captado na Conta Intermediária de Governo de acordo com as orientações do SNA 2008, possibilita a análise da contribuição do Governo Geral ao Produto Interno Bruto - PIB. Em 2024, essa participação foi de 13,4% do PIB, o que significa uma perda de 0,2 ponto percentual em relação a 2023, para um valor adicionado bruto total de R\$ 1 574,4 bilhão. Enquanto a esfera federal perdeu 1,6 ponto percentual em participação, passando de 27,2%, em 2023, para 25,6%, em 2024, a esfera municipal aumentou sua participação na mesma proporção, saindo de 36,6%, em 2023, para

38,2%, em 2024. A esfera estadual manteve sua participação em 36,2%.

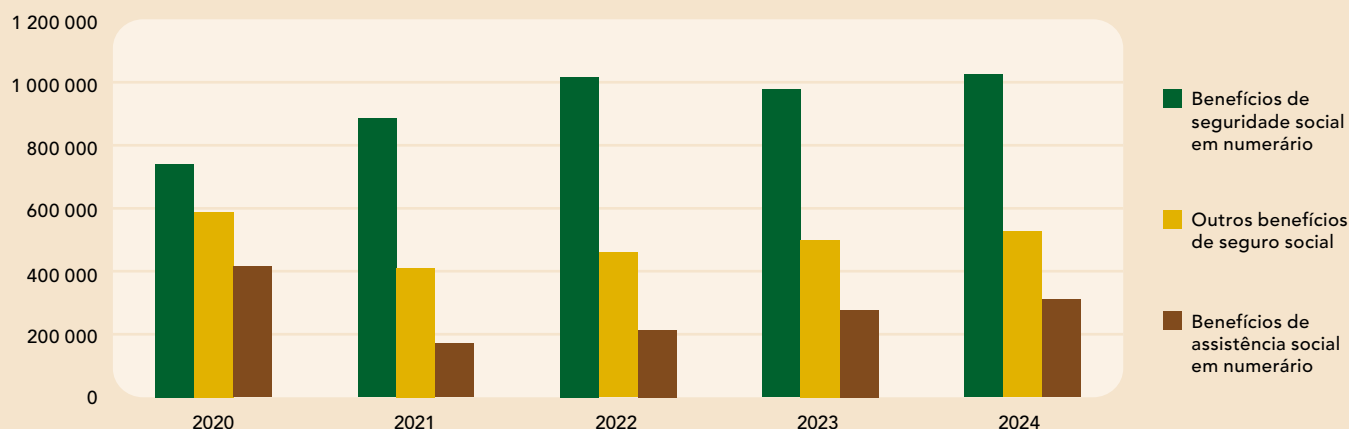
Os benefícios sociais, por sua vez, apresentaram crescimento de 6,1% na análise da Conta Intermediária de Governo. Benefícios de seguridade social em numerário e outros benefícios de seguro social cresceram 4,9% e 5,3% em 2024, respectivamente. Benefícios de assistência social em numerário, impactados pelos gastos com o Fundo de Custeio da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio - FIPEM, criado pela Medida Provisória n. 1.198, de 27.11.2023, cresceram 12,1%.

Participação das esferas de governo no Valor Adicionado Bruto do Governo Geral (%)



Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Benefícios sociais, por transação (milhões R\$)



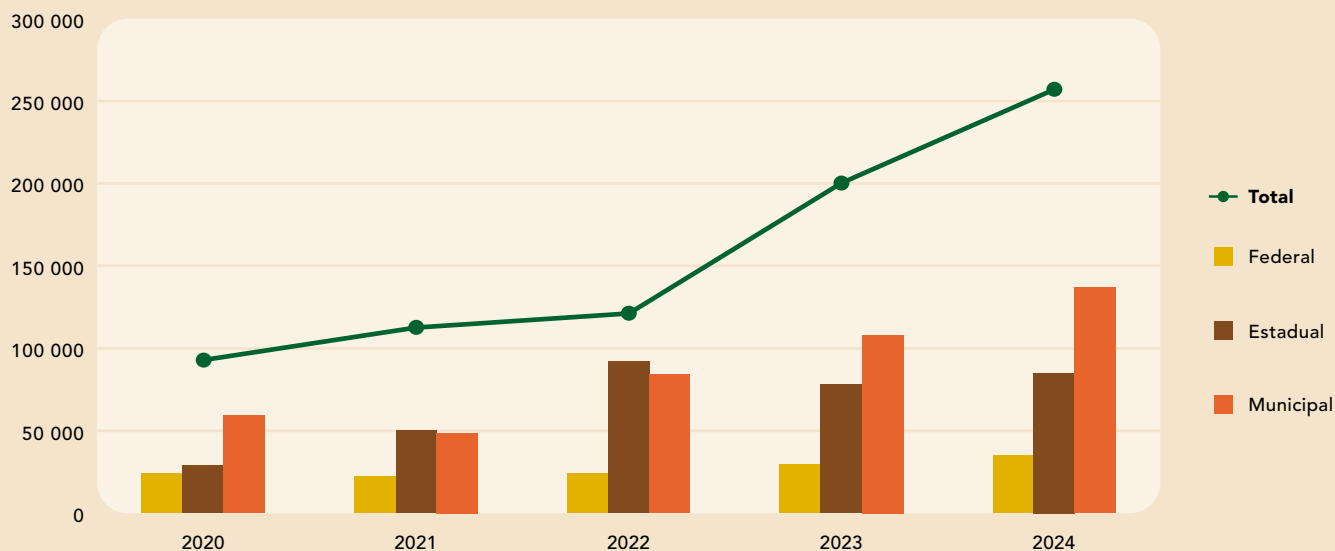
Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

A formação bruta de capital fixo, importante variável macroeconômica que mede a capacidade produtiva futura do Governo Geral, chegou a R\$ 257,1 bilhões,

o que representa um aumento de 19,1% em relação aos gastos verificados em 2023. O destaque ficou por conta da esfera municipal, com 26,8% de acréscimo, enquanto

a União ampliou seus gastos com bens de capital em 17,7%. A esfera estadual, por sua vez, reverteu a queda do ano anterior e apresentou 9,1% de alta em 2024. ■

Formação bruta de capital fixo, total e por esfera de governo (milhões R\$)



Fontes: 1. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas
Nacionais

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

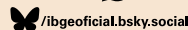
Imagens fotográficas

Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



Saiba mais sobre a
pesquisa.

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

SIGA O IBGE NAS REDES SOCIAIS E CONHEÇA MAIS SOBRE O BRASIL



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/@ibgeoficial



/@ibgeoficial.bsky.social



IBGE Oficial

APONTE SUA CÂMERA PARA OS
QR CODES, ACESSE, USE E COMPARTILHE



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/@ibgeoficial



IBGE Oficial



/ibgeoficial



/ibgecomunica



/ibgeoficial.bsky.social

www.ibge.gov.br 0800 721 8181